



São Paulo, 25 de julho de 2011

Ao

**Exmo. SR. PREFEITO MARCIO ARAUJO DE LACERDA**

Prefeitura de Belo Horizonte,  
Edifício anexo IV, Gabinete nº 252  
Belo Horizonte - MG  
30130-003

**Ref.: Manifestação a respeito do veto a Proposição de Lei 131/11.**

Exmo. Sr. Prefeito,

no escopo de sua atuação o **Instituto Alana**, por meio do seu **Projeto Criança e Consumo**, acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº 1254/2010, de autoria da Vereadora Maria Lúcia Scarpelli, que veda a comercialização de lanches acompanhados de brindes ou brinquedos, posteriormente convertido na Proposição de Lei nº 131/2011. Em observância ao veto proferido no âmbito da respectiva Proposição de Lei e às razões explanadas por V. Exa. para tal interdição, o **Instituto Alana** vem, respeitosamente, contribuir com o debate que é levantado a partir dos argumentos utilizados pelo Sr. para fundamentar a decisão tomada em 14.7.2011.

## I. Sobre o Instituto Alana.

O **Instituto Alana** é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve atividades educacionais, culturais, de fomento à articulação social e de defesa dos direitos da criança no âmbito das relações de consumo e perante o consumismo ao qual são expostos [[www.institutoalana.org.br](http://www.institutoalana.org.br)].

Para divulgar e debater idéias sobre as questões relacionadas ao consumo de produtos e serviços por crianças, assim como para apontar meios de minimizar e prevenir os prejuízos decorrentes da publicidade e da comunicação mercadológica, voltados ao público infantil criou o **Projeto Criança e Consumo** [[www.criancaeconsumo.org.br](http://www.criancaeconsumo.org.br)].

As grandes preocupações do **Projeto Criança e Consumo** são com os resultados apontados como conseqüência do investimento maciço na mercantilização da infância, a saber: o consumismo, a incidência alarmante de obesidade infantil; a violência na juventude; a sexualidade precoce e irresponsável; o materialismo excessivo e o desgaste das relações sociais; dentre outros.

## II. Sobre o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR

O Instituto Alana, por meio do seu Projeto Criança e Consumo, encaminhou no dia 14.6.2011 uma carta ao gabinete de V. Exa., apresentando seu trabalho, além de uma manifestação, fundamentada em estudos e pesquisas, em apoio à Proposição de Lei nº 131/2011, enviados em anexo à carta. Entretanto, no dia 14.7.2011, foi apresentado veto integral à respectiva proposição de Lei.

Ao expor as razões que lhe levaram a vetar a Proposição de lei, V. Exa. reconhece a importância e a necessidade de que o mercado proceda de forma invariavelmente ética na divulgação de seus produtos e serviços. Ainda no arrazoado, ressalta relevância maior desse cuidado quando aqueles que estão sujeitos à persuasão mercadológica e às suas influências são crianças, em especial período de formação, 'cujas experiências vividas nesta fase poderão repercutir decisivamente em seu comportamento na fase adulta'.

Reconhecendo a importância dos limites à utilização das ações de marketing, V. Exa. destaca o CONAR como 'foro de promoção de discussões acerca do aprimoramento ético das ações de marketing e propaganda'. Afirma ainda que 'a existência de um espaço que congregue todos os atores desse mercado - fornecedores, consumidores e anunciantes - é fundamental para que se desenvolva um consenso moral em torno das ações de marketing e dos limites da utilização dessa poderosa ferramenta de persuasão, conciliando os valores da livre iniciativa e os direitos e garantias fundamentais da população'.

No entanto, no entender do Projeto Criança e Consumo, o CONAR não corresponde a esse importante foro de discussões democrático, destacado por V.

Exa. O CONAR é uma organização não governamental fundada e mantida por agências de publicidade, empresas anunciantes e veículos de comunicação. Sua função é fiscalizar a ética da propaganda comercial veiculada no Brasil, norteando-se pelas disposições contidas no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária.

Infelizmente, o CONAR não é ‘um espaço que congrega todos os atores desse mercado - fornecedores, consumidores e anunciante - (...)’, mas um Conselho cujos integrantes são indicados por suas entidades fundadoras - Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Associação Brasileira de Agências Publicitárias (ABAP), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER), Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Central de Outdoors. Os consumidores não fazem parte desse Conselho. Este é um dos fortes indícios de que as decisões tomadas pelo Conselho a partir de denúncias que a ele são encaminhadas, representam a visão de mercado, das agências de publicidade, e não do consumidor, que é aquele que sofre as consequências das abusividades cometidas pelos que fazem parte do respectivo Conselho.

Dessa forma, resta clara a insuficiência do sistema de proteção dos consumidores propagado pelo Conselho no que tange ao estabelecimento de limites das ações de *marketing* no país, uma vez que ele é constituído de um único órgão desprovido de imparcialidade, cujas decisões não produzem efeitos concretos - mas apenas recomendações aos denunciados -, e que não visa proteger integralmente os direitos do consumidor, mas foca suas decisões no direito concorrencial. Em tese, essas duas instâncias não deveriam ser excludentes, mas não é o que se vê nas recomendações do Conselho.

Em acontecimentos recentes, o Conselho de Ética do CONAR vem mostrando sua falta de seriedade e compromisso com a ética e com sociedade brasileira. Fato claramente notado no parecer do conselheiro Enio Basílio Rodrigues sobre denúncia que o Projeto Criança e Consumo endereçou à entidade contra uma campanha do McDonald’s durante o trailer da animação infantil “Rio”. A representação enviada ao órgão, além de mostrar como a empresa feria seu próprio Código de Ética e o acordo de autorregulamentação firmado, em 2010, junto à Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos) e à ABA (Associação Brasileiras dos Anunciantes), teve como base argumentos jurídicos, científicos e políticos para questionar a publicidade do McLanche Feliz com brindes do filme “Rio”, que falava diretamente com crianças menores de 12 anos.

O teor do parecer, assinado por um conselheiro do CONAR e acolhido por unanimidade por duas câmaras da entidade, debochou do Instituto Alana com frases como “bruxa Alana, que odeia criancinhas” e “bruxa Alana – antroposófica, esverdeada e termogênica”. O documento ainda desconsiderou iniciativas relevantes no cenário da autorregulamentação ao se eximir de avaliar o descumprimento da empresa denunciada ao seu próprio Código de Ética e ao acordo assinado junto com outras 23 empresas do setor de alimentos para restringir publicidade para crianças menores de 12 anos. O parecer do CONAR também satirizou a preocupação do Instituto com os altos índices de obesidade infantil no país, que já atinge 15% das crianças. O relator limitou-se a dizer: “Da mesma forma

que Suécia e Dinamarca tem por base evitar que suas crianças de olhos azuis fiquem gordinhas, o Brasil tem por base acabar com a desnutrição dos nossos meninos moreninhos”. O CONAR lamentavelmente ignora o dado do Ministério da Saúde de que 30% das crianças brasileiras estão com sobrepeso e 15% já estão obesas. Isso significa mais de 4 milhões de meninas e meninos obesos no país. O Conselho acha o número irrelevante e assina embaixo de um parecer que refuta por completo a influência da publicidade nessa questão. Ao desconsiderar a influência dos apelos mercadológicos nessa questão, o CONAR age de forma no mínimo irresponsável.

O episódio, que levou o Instituto Alana a não mais reconhecer o CONAR como entidade legítima na fiscalização da ética na publicidade, teve uma grande repercussão nas mídias. Inúmeras instituições representantes da sociedade civil organizada manifestaram solidariedade ao Instituto Alana repudiando o referido parecer<sup>5</sup>. A gravidade do caso fez com que o CONAR reabrisse a denúncia, se comprometendo a realizar uma avaliação mais séria do caso. A falta de compromisso e o tom de deboche não atingiram só o Instituto Alana e sim todos os cidadãos que também defendem o não direcionamento da publicidade para o público infantil.

O descumprimento do compromisso assumido pela empresa denunciada ao CONAR não corresponde a um fato isolado, mas é reflexo de uma prática comum entre aqueles que, de alguma forma, se comprometeram perante a ABA e Abia no ano de 2010. Essa constatação demonstra a insuficiência da autoregulação já que as empresas não são capazes de cumprir aquilo que por elas mesmas foi estipulado como ‘compromisso’. É por esse fato que se alerta neste documento para a urgência da necessidade de criação de um órgão que fique responsável pelo assunto.

Além da criação de um órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da publicidade, é necessário, também, e de extrema importância o envolvimento das esferas Federal, Estadual e, principalmente Municipal do poder público nesse debate. Somente com a participação de todos os entes federativos é que será possível a adequação dos conteúdos das ações de marketing e publicidade aos padrões éticos que preservem as crianças e respeitem a sua hipervulnerabilidade.

Cabe destacar ainda, no que tange à competência municipal legislativa, que o Vereador Sergio Fernando, ao fundamentar seu voto foi favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1254/2010 e - enquanto relator do PL na Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte - cumpriu a função da respectiva Comissão, analisando a iniciativa a partir da constitucionalidade, regimentalidade e boa técnica legislativa. A análise conclui que a proposição em questão não se mostra inconstitucional por invasão de iniciativa para o respectivo processo legislativo. Da constitucionalidade, concluiu o nobre vereador que, ao município é constitucionalmente permitido legislar sobre matérias pertinentes ao interesse local. No caso, os munícipes, consumidores, especialmente as crianças, são

---

<sup>5</sup> Ver mais em: <http://www.consumismoeinfancia.com/2011/07/05/entidades-divulgam-apoio-ao-instituto-alana> e em <http://www.consumismoeinfancia.com/2011/06/30/parecer-do-conar-repercutem-nas-redes>

afetadas pela forma e qualidade dos produtos colocados à venda, o que está intrinsecamente ligado ao interesse local. Daí a competência suplementar, elencada no Art. 30 da Constituição Federal, que permite ao município legislar sobre a matéria.

Ainda em relação à competência, e corroborando com o que foi anteriormente exposto, o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 55 - § 1º, prevê que 'A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando normas que se fizerem necessárias'.

Considerando o disposto acima, e o voto do Vereador Sergio Fernando, Relator do PL na Comissão de Legislação e Justiça, nota-se que a Proposição de Lei é adequada e harmônica com o ordenamento jurídico vigente. Não havendo, assim, nenhum impedimento legal para sua aprovação.

Esta manifestação se dirige a V. Exa. no sentido de reforçar a importância dessa iniciativa legislativa que infelizmente foi vetada e colocar a sua disposição a equipe do Projeto Criança e Consumo do Instituto Alana para colaborar com eventuais debates e esclarecimentos sobre esta temática que forem carreados no âmbito da Prefeitura de Belo Horizonte, ou em outros campos do Poder Público dessa cidade.

Atenciosamente,

**Instituto Alana**  
**Projeto Criança e Consumo**

**Isabella Vieira Machado Henriques**  
Coordenadora Geral

**Ana Luisa Ricci Bardi Calado Néca**  
Analista de Comunicação e Advocacy

**Giovani Piazzini Seno**  
Acadêmico de Direito

**C/c Vereadora Maria Lúcia Scarpelli**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-304 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Adriano Ventura**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-308 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Alberto Rodrigues**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-315 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Alexandre Gomes**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-310 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Arnaldo Godoy**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-305 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Autair Gomes**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-307 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Bruno Miranda**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-311 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Cabo Júlio**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-308 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Carlúcio Gonçalves**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-306 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Chambarelle**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-322 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Daniel Nepomuceno**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-307 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Divino Pereira**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-306 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Edinho Ribeiro**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-209 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereadora Elaine Matozinhos**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-216 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Gêra Ornelas**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-320 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Geraldo Félix**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-303 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Gunda**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-309 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Heleno de Abreu Oliveira**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-212 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Henrique Braga**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-305 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Hugo Thomé**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-314 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Iran Barbosa**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-319 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador João Bosco Rodrigues**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-302 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**



**C/c Vereador João Oscar**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-311 Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Joel Moreira Filho**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-309 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Léo Burguês de Castro**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-106 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Leonardo Matos**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-211 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Márcio Almeida**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-312 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Moamed Rachid**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-307 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereadora Neusinha Santos**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-303 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Pablo César  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-315 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Paulo Sérgio Peixoto  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-312 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Wagner Messias Silva  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-306 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereadora Pricila Teixeira  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-215 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Professor Elias Murad  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-214 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Reinaldo  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-316 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Ronaldo Gontijo  
Câmara Municipal de Belo Horizonte  
Av. dos Andradas, 3.100 - sala A-301 - Santa Efigênia  
Belo Horizonte - MG  
30260-900**

**C/c Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-304 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Sílvia Helena**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-301 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Silvinho Rezende**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-313 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Tarcísio Caixeta**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-321 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**

**C/c Vereador Toninho Pinheiro de Vila Pinho**  
**Câmara Municipal de Belo Horizonte**  
**Av. dos Andradas, 3.100 - sala B-317 - Santa Efigênia**  
**Belo Horizonte - MG**  
**30260-900**